
SOBRE A CRÍTICA LITERÁRIA

Cid Seixas

A experiência de manter semanalmente neste espaço de jornal, ao longo dos últimos quatro anos consecutivos, o enfoque crítico de obras recém publicadas tem propiciado a manifestação de leitores que, através de correspondências e outros meios ou *mídias*, estabelecem um produtivo diálogo. Algumas vezes, sugerem a abordagem de temas ou apresentam questionamentos. Uma sugestão in-

interessante, agora seguida, acena para a necessidade de intercalar o exame de obras com discussões em torno desta atividade. Imagina o leitor que uma reflexão sobre o exercício da crítica pode “conferir maior credibilidade ao trabalho”, além de dividir com o público interessado as preocupações e pressupostos que norteiam tais especulações.

Começemos então pelo princípio, esboçando um histórico incompleto da atividade denominada crítica literária, de modo didático; como se faz em sala de aula. Esta palavra, *crítica*, em nossa língua, está vinculada aos vocábulos gregos *krínein* (julgar), *krités*, (juiz) e *kriticós*, (censor de obras escritas). Tendo chegado até nós através da forma latina, os dicionários registram o substantivo *criticus*, com o significado de *crítico* ou de *censor de obras escritas*, conforme usado por Cícero na obra *Cartas fa-*

miliares. No âmbito dessa tradição, o termo *criticus* se aproximava de *gramaticus*, sem que se fizesse distinção entre a análise da obra escrita de natureza informativa ou técnico-científica e a da obra de arte literária propriamente dita. Observe-se que, ainda hoje, é comum se chamar de literária a toda obra de erudição escrita, ficando a Literatura sem uma designação própria. Tal acontece também com a expressão *letras* que, em muitos países, designa o labor intelectual através da escrita, ou mesmo, as ciências humanas. Daí as academias de letras reunirem não somente romancistas, poetas e outros criadores, mas todo escritor de livros, tratem eles do verdadeiro ou do verossímil. A distinção de Aristóteles entre a poética e a escrita erudita, científica (como a História, tomada por ele como exemplo), não foi suficiente para demarcar as fronteiras.

O crítico, o gramático e o lógico, conforme se depreende de um correr de vistas por textos filosóficos antigos, medievais e neoclássicos, eram um só estudioso, versado na “arte de pensar” ou de escrever. Observe-se que o Renascimento e o Iluminismo deram continuidade a essa correlação.



No século XVIII, Condillac desenvolveu a sua lógica imbricada com a gramática; no início do século XIX, Degérando publicou *Dos signos e da arte de pensar*. Essa mesma identificação era encontrada nas obras de Lock (1632-1704) e de Leibniz, seu contemporâneo e opositor crítico do empirismo inglês.

Na Inglaterra do século XVII é que aparece o moderno vocábulo *criticism*, forjado para distinguir entre a atividade crítica e a pessoa que faz a crítica – *critic*.

Usado não somente para designar a leitura valorativa de obras literárias, o termo foi tomado na Alemanha por Kant (1725-1805) para caracterizar seu método de investigação filosófica, em livros como *Crítica da razão prática*, *Crítica da razão pura* e *Crítica do juízo*. É possível que o idealismo kantiano tenha contribuído para destacar o aspecto subjetivo da

crítica; ou para demonstrar que quando o espírito se debruça sobre os objetos do mundo exterior, projeta sobre eles formas apriorísticas ditas pela inteligência e pela sensibilidade do sujeito cognoscente.

As ideias do filósofo reforçaram os argumentos em favor da crítica literária de natureza subjetiva, assim como para a posterior fixação, um século depois, da chamada crítica impressionista.

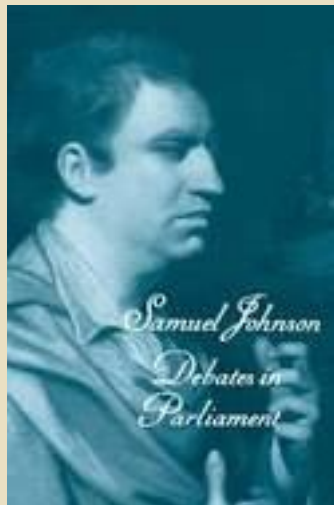
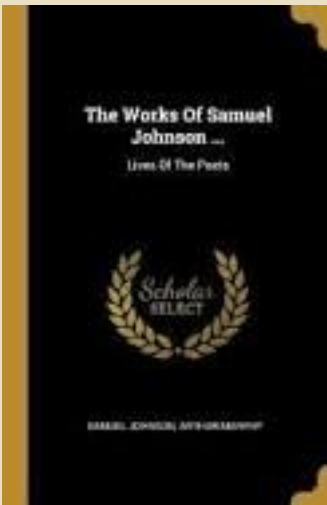
Convém destacar que a história da crítica toma como tal todo esforço teórico voltado para a compreensão e fixação do objeto literário, incluindo aí as famigeradas poéticas, que se multiplicaram no Renascimento, com a redescoberta de Aristóteles e dos clássicos. Mas, muito do material referido como crítica literária pode ser visto como conjunto de *regras* e determinações ou mesmo como teoria e história da literatura.

Se a atividade crítica pressupõe a constituição de um *cânone*, ou de um conjunto de obras que servem de *modelo* e fornecem as *normas* para o *juízo* de novas obras, o Renascimento instaurou a crítica neoclássica baseada na autoridade exemplar dos gregos e latinos.

Na França, a *Arte Poética* de Boileau (1636-1711) serviu de reinvenção do pensamento estético clássico e de ponto de partida para uma postura crítica com relação às práticas greco-latinas. Se, de um lado, teóricos e eruditos propunham os modelos antigos como referencial único para a construção artística, do outro lado, leitores e apreciadores dos escritores coetâneos julgavam o novo fazer literário como sendo consequência do progresso filosófico e científico da espécie humana.

Samuel Johnson (1709-1784), na Inglaterra, ao empreender a sua pio-

neira edição crítica das obras de Shakespeare, firmou-se concomitantemente como filólogo e como crítico literário. O trabalho de editor crítico no Iluminismo impunha-se tão somente aos textos antigos; mas a partir de então aos textos modernos, como os do grande poeta e dramaturgo inglês, passaram ser objeto de estudo. Crítica textual e crítica literária fundiam-se no trabalho de Samuel Johnson que, não apenas, interpretava a escrita shakespeariana como também julgava os pontos que



considerava mais ou menos expressivos. Johnson não se furtava a apontar os erros e os acertos do autor criticado.

Surgia, assim, nas últimas décadas do século XVII, a partir de discussões travadas na Inglaterra, na França e em outros países europeus, a *Querelle des anciens et des modernes*, que animou o Iluminismo e ganhou, ainda, novas dimensões no Romantismo. O pensamento romântico se sustentou na afirmação de novos valores, não mais baseados nos clássicos e sim no gosto e na prática dos povos europeus da Idade Média.

A construção de um novo *cânone* foi a conseqüente novidade, entre outras ocasionadas pelo pensamento romântico, que propiciou o surgimento de uma crítica viva e atuante. Os alemães e os ingleses tiveram um importante papel na afirmação de um juízo de valores fundado no gosto

originalmente popular e historicamente resgatado, onde a emoção e a imaginação desencadeada pela fluidez dos sentimentos ganharam o estatuto de elementos constituintes do fazer artístico. Com a valorização dos antigos elementos identitários da nacionalidade, esses povos conseguiram elevar as tradições populares da sua cultura ao nível do apreço com que sempre foram distinguidos os clássicos da cultura de base greco-latina.

Uma tendência similar de reposição da cultura popular no centro de gravitação da atividade criadora reaparece na contemporaneidade, notadamente a partir do influxo trazido pelos Estudos Culturais iniciados, igualmente, na Inglaterra, o mesmo país que serviu de berço do cânone moderno e do romântico, com suas raízes cultivadas na diversidade de padrões e gostos. Ironicamente, no

Brasil, a desconstrução do cânone erudito, em favor de culturas alternativas, propicia a crise da crítica literária (sem apontar para a sua refundação), pelo menos no âmbito acadêmico, hoje representado pelos congressos das associações universitárias de literatura.

linguagens.ufba.br/2021/sobre-a-critica.pdf

SOBRE A CRÍTICA LITERÁRIA. Artigo introdutório abordando o exercício desta atividade, simultaneamente, jornalística e acadêmica. Coluna “Leitura Crítica” do jornal *A Tarde*, Salvador, 27 set. 97, p. 7. Republicado em *Da invenção à literatura: textos de filosofia da linguagem*. Salvador, Rio do Engenho / Editora Universitária do Livro Digital, E-Book.Br, 2017, p. 21-26.

<https://issuu.com/e-book.br/docs/invencao>
www.linguagens.ufba.br/pdf/invencao.pdf